

## A Crise Acabou?



O *JE* volta a abordar o processo em curso na economia mundial e tece considerações sobre este momento de “pós-crise” com entrevista com Theotônio Dos Santos e artigos de Gabriel Strautman e Luis Fernando Novoa Garzon.

**Artigo de Luiz Martins de Melo antecipa edição especial do JE em dezembro sobre as oportunidades das Olimpíadas de 2016 para a economia carioca.**

## Editorial

## O pior já passou?

■ Voltamos, neste número do *JE*, ao assunto relativo à crise financeira global.


Para muitos, o “pior já passou”.

Entretanto, há muitos indícios que, a rigor, houve apenas uma interrupção dos sintomas mais gritantes de uma crise que continua em curso. Desde a segunda metade dos anos noventa, vivemos uma fase da economia global que irreversivelmente irá nos apresentar, de forma sequencial, e cada vez mais intensa, processos agudos de desequilíbrios macroeconômicos, de maior ou menor intensidade, e onde o pano de fundo é a própria financeirização que se impôs no funcionamento das economias nacionais.

Dentro desta visão, não sem razão, países como a China e a Índia são aqueles que melhor se colocam frente aos efeitos da crise, que se explicitou de maneira mais nítida desde a segunda metade do ano passado, mas que desde 2007 vem exigindo pesadas intervenções dos bancos centrais dos países desenvolvidos, em suas respectivas economias. Os países citados melhor reagem, e se aproveitam das oportunidades que se abrem frente ao momento atual, justamente por não terem se deixado levar pelas recomendações dos organismos multilaterais, e pelos conselhos de “especialistas” vinculados aos interesses dos sistemas financeiros.

Dentro dessa conjuntura “pós-crise”, chamamos a atenção dos nossos leitores para o artigo de Luis Fernando Novoa sobre a expansão da fronteira elétrica na Amazônia e o seu significado. Ao mesmo tempo, destacamos também a matéria de Gabriel Strautman, da Rede Brasil, sobre as Instituições Financeiras Multilaterais, com relação à última reunião anual do FMI, realizada em outubro, na Turquia.

Mas, principalmente, recomendamos a atenciosa leitura de nosso público à entrevista que nos foi concedida por Theotonio Dos Santos. Um dos formuladores da chamada Teoria da Dependência, em sua abordagem marxista, o atual professor da UFF expõe a sua visão sobre a crise e a atualidade e pertinência de sua visão teórica sobre o processo de desenvolvimento dos países da periferia.

Concluindo essa edição do *JE*, artigos do Fórum Popular do Orçamento – sobre a questão do Negro – e de Luis Martins – sobre as oportunidades que se abrem para o Rio de Janeiro, como sede das Olimpíadas de 2016 – procuram sintonizar nossos leitores com problemas que julgamos da maior relevância à compreensão de nossa realidade. O tema Rio 2016 será detalhado na nossa próxima edição do *JE*. 

## SUMÁRIO

- 3 Pós-crise?  
Gabriel Strautman\*  
**O perigoso namoro do Brasil com as velhas instituições**
- 5 Entrevista - Theotonio Dos Santos  
**“A hegemonia dos EUA no sistema está erodindo, e como a economia mundial ainda é muito organizada em torno da economia americana, a crise de hegemonia americana acaba por aprofundar a crise mundial”.**
- 9 Pós-crise?  
Luis Fernando Novoa Garzon\*  
**Expansão da “fronteira elétrica” para a Amazônia: para que e para quem?**
- 11 Olimpíadas 2016  
Luiz Martins de Melo\*  
**Rio-2016: A festa e a ressaca**
- 14 Fórum Popular do Orçamento  
**O negro no orçamento**
- 16 Economistas fluminenses elegeм conselheiros do Corecon-RJ e aprovam indicação para presidência
- Curso da Anpec começa em 5 de janeiro**

O Corecon-RJ apóia e divulga o programa Faixa Livre, apresentado por Paulo Passarinho, de segunda à sexta-feira, das 8h às 10h, na Rádio Bandeirantes, AM, do Rio, 1360 khz ou na internet: [www.programafaixalivre.org.br](http://www.programafaixalivre.org.br)

**JE** JORNAL DOS ECONOMISTAS

Órgão Oficial do CORECON - RJ  
E SINDECON - RJ  
Issn 1519-7387

**Conselho Editorial:** Gilberto Alcântara, Gilberto Caputo Santos, Gisele Rodrigues, José Antônio Lutterbach Soares, Paulo Mibielli, Paulo Passarinho, Rogério da Silva Rocha, Ruth Espinola Soriano de Mello e Sidney Pascotto da Rocha • **Jornalista Responsável:** Marcelo Cajueiro • **Edição:** Diagrama Comunicações Ltda (CNPJ: 74.155.763/0001-48; tel.: 21 2232-3866) • **Projeto Gráfico e diagramação:** Rossana Henriques (21 2437-2960) - [rossana.henriques@gmail.com](mailto:rossana.henriques@gmail.com) • **Ilustração:** Aliedo • **Caricaturista:** Cássio Loredano • **Fotolito e Impressão:** Folha Dirigida • **Tiragem:** 13.000 exemplares • **Periodicidade:** Mensal • **Correio eletrônico:** [imprensa@corecon-rj.org.br](mailto:imprensa@corecon-rj.org.br)

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

## CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Rio de Janeiro – RJ – Centro – Cep 20054-900  
**Telefax:** (21) 2103-0178 ramal 22 • **Correio eletrônico:** [corecon-rj@corecon-rj.org.br](mailto:corecon-rj@corecon-rj.org.br)  
**Internet:** <http://www.corecon-rj.org.br>

**Presidente:** Paulo Sergio Souto • **Vice-presidente:** Sidney Pascoutto da Rocha **Conselheiros Efetivos:** 1º terço (2008-2010): Reinaldo Gonçalves, Ruth Espinola Soriano de Mello, João Paulo de Almeida Magalhães – 2º terço (2009-2011): Gilberto Caputo Santos,

Edson Peterli Guimarães, Paulo Sergio Souto – 3º terço (2007-2009): Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Sidney Pascotto da Rocha, José Antonio Lutterbach Soares • **Conselheiros Suplentes:** 1º terço (2008-2010): Arthur Camara Cardozo, Luiz Mario Behnken, Regina Lúcia Gadioli dos Santos – 2º terço (2009-2011): André Luiz Rodrigues Osório, Leonardo de Moura Perdigão Pamplona, Miguel Antonio Pinho Bruno – 3º terço (2007-2009): Angela Maria de Lemos Gelli, Sandra Maria Carvalho de Souza, Rogério da Silva Rocha.

## SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 – Gr. 1607 a 1609 – Rio de Janeiro – RJ – Cep 20031-000 • **Tel.:** (21)2262-2535  
**Telefax:** (21)2533-7891 e 2533-2192 • **Correio eletrônico:** [sindecon@sindecon.org.br](mailto:sindecon@sindecon.org.br)

**Coordenador Geral:** Sidney Pascoutto da Rocha • **Coordenador de Relações Institucionais:** Sidney Pascoutto da Rocha • **Secretários de Relações Institucionais:** André Luiz Silva de Souza e José Antônio Lutterbach Soares • **Membros da Coordenação de Relações Institucionais:** Abraão Oigman, Antônio Melki, Paulo Sergio Souto e Sandra Maria Carvalho de Souza • **Coordenador de Relações Sindicais:** João Manoel Gonçalves Barbosa • **Secretários de Relações Sindicais:** Carlos Henrique Tibiriçá Miranda e Wellington Leonardo da Silva • **Membros da Coordenação de Relações Sindicais:** Ademir Figueiredo, César Homero Fernandes Lopes, Gilberto Caputo Santos, Maria da Glória Vasconcelos Tavares de Lacerda e Regina Lúcia Gadioli dos Santos • **Coordenador de Divulgação, Administração e Finanças:** Gilberto Alcântara da Cruz • **Membros da Coordenação de Divulgação, Administração e Finanças:** José Jannotti Viegas, e Rogério da Silva Rocha • **Conselho Fiscal:** José Fausto Ferreira, Jorge de Oliveira Camargo e Luciano Amaral Pereira.

# O perigoso namoro do Brasil com as velhas instituições

■ Gabriel Strautman\*

Entre os dias 12 e 18 do último mês de outubro, organizações de mais de cinquenta países que integram a campanha Sul-Norte sobre dívida ilegítima realizaram atividades no marco da Semana de Ação Global contra a Dívida e as Instituições Financeiras Multilaterais (IFMs). Um dos objetivos da mobilização deste ano foi justamente chamar a atenção para as falsas soluções que têm sido apontadas como saídas para a atual crise global. As decisões anunciadas durante a reunião anual do

Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial, realizada na Turquia nos dias 6 e 7 de outubro, reforçam esta preocupação, na medida em que as propostas pactuadas, agora com maior cumplicidade do Brasil, apontam para uma retomada da intervenção das IFMs nas economias nacionais e para um novo ciclo de endividamento

ilegítimo dos países do Sul.

Pouco se poderia esperar da reunião da Turquia em termos de uma resposta realmente séria à crise econômica mundial. Entre os principais pontos de pauta do encontro, constavam a aprovação de um novo fundo de US\$ 500 bilhões para o FMI e a revisão imediata do poder de voto para os países do BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China). Em jogo, um aporte no valor de US\$ 80 bilhões dos quatro países ao novo fundo do FMI. O acordo estava fechado, na verdade, desde a última reunião do G20 – grupo de presidentes dos países com as 20 maiores economias do globo – realizada semanas antes em Pittsburgh, nos Estados Unidos, e previa como contrapartida ao aporte um aumento de 5% e 3% no poder de voto dos países do BRIC no FMI e no Banco Mundial, respectivamente.

Empolgados, os ministros da economia dos países do BRIC, entre eles o “nosso” Guido Mantega, chega-

ram à Turquia falando grosso. Ameaçaram condicionar a aprovação do aporte a uma revisão um pouco menos tímida na divisão do poder no interior das IFMs – pretensão que, no entanto, foi logo abortada pelos países europeus, maiores prejudicados com a revisão. Apesar disso, o aporte, oriundo das reservas internacionais dos quatro países, foi confirmado. A China, sozinha, destinará US\$ 50 bilhões, enquanto Rússia, Índia e o Brasil confiarão cada um, US\$ 10 bilhões ao FMI.

A discussão sobre a revisão do poder de voto, além de outras bobagens, como a eliminação da regra que determina que o diretor chefe do FMI seja necessariamente um cidadão europeu e o do Banco Mundial, um estadunidense, manteve a distração do públi-



co enquanto o que realmente importava estava sendo acertado: os países desenvolvidos do Norte cederão espaço para as novas economias emergentes, desde que elas paguem caro pelo título de sócio do clube. E o preço já está definido: é a conta para a retomada do ciclo de crescimento das economias do Norte, quebradas pela crise, às custas do aumento da dívida social dos países do Sul.

A proposta de elevação do FMI à categoria de banco central mundial, também discutida durante o encontro da Turquia, é complementar a esta estratégia. A idéia é transformar o FMI num prestador de última instância em escala global, a partir da formação de um novo fundo de socorro para países cujas economias estiverem em crise, uma espécie de seguro contra incêndios, que pagamos, mas esperamos nunca ter que usar, mas pagamos. A expectativa do FMI é de que a criação deste fundo, a partir de parte das reservas internacionais dos países, que nos últimos anos saltaram de US\$ 2 trilhões para US\$ 8 trilhões, com grande participação de países como Brasil e China, libere o resto dos recursos para a retomada imediata dos investimentos, através da execução de projetos de infraestrutura, sobretudo em países do Sul.

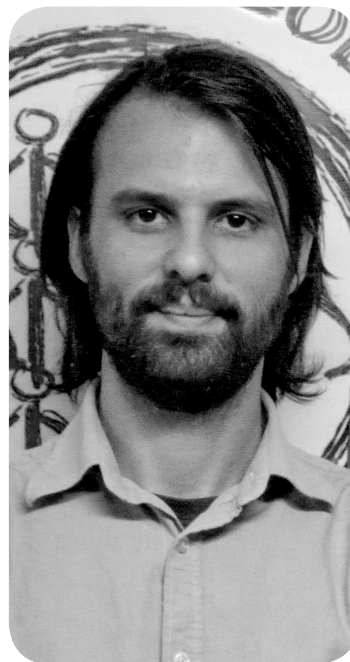
Em outras palavras, o que se espera é que os países do Sul sejam o alicerce da retomada do investimento e do consumo numa economia

global em crise e que Brasil, Rússia, Índia e China façam jus ao apelido que receberam (BRIC, do inglês brick, que significa tijolo). Esta proposta interessa particularmente aos EUA que, com a sua capacidade de endividamento público e privado esgotadas com a crise, são incapazes de financiar a retomada do crescimento da economia global. Com a desvalorização mundial do dólar dando competitividade aos produtos estadunidenses, este país dependerá de suas exportações e do consumo dos países emergentes para voltar a crescer.

A idéia de canalizar para o mercado interno os volumosos recursos de nossas reservas internacionais é realmente interessante, sobretudo se considerarmos os elevados custos de manutenção dessas reservas em dólar, quando esta moeda está em franca desvalorização, e a alta remuneração de 8,75% ao ano pela Selic. Mas não para financiar o crescimento das economias desenvolvidas, principalmente quando estas já possuem uma enorme dívida social, ecológica e histórica com os países do Sul ainda a ser reconhecida e reparada. Além disso, quando falamos da dependência dos países do Norte em relação ao consumo dos emergentes, tratamos aqui especialmente das oportunidades encontradas pelas empresas transnacionais na exploração de grandes projetos de infraestrutura nos países do Sul, como os que agora voltam a ser

defendidos pelo FMI e pelo Banco Mundial.

Este cenário revela que ao invés de buscarem soluções efetivas para a crise, cortando o mal pelas suas raízes



mais profundas, as negociações no âmbito do G20 e das IFMs apontam apenas para medidas que promovem o imediato reestabelecimento do ambiente de negócios e o aquecimento da economia global. A participação dos BRICs nos fóruns internacionais - onde estas decisões são tomadas - apenas serve para legitimá-las, já que estes países pagarão a conta. Organismos como o FMI e o Banco Mundial, que até o ano passado estavam condenados à irrelevância e mal conseguiam aprovar novos empréstimos, estão lucrando alto com a crise e, ao que tudo indica, sairão fortalecidos. No ano fiscal encerrado em junho deste ano, o Banco Mundial contabilizou US\$ 58,8 bilhões em

novos empréstimos, um crescimento de 20,6% em relação ao ano anterior.

Em março deste ano, o Banco Mundial aprovou um empréstimo de US\$ 1,3 bilhão que poderá chegar à US\$ 2 bilhões, o maior empréstimo já realizado pelo Banco Mundial ao País. O objetivo do empréstimo é o aprimoramento de nossas políticas ambientais, mas os recursos serão canalizados para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), principal investidor em projetos de infraestrutura no Brasil. É fundamental termos sempre em mente que foi graças às reformas liberalizantes impostas a partir da intervenção do FMI e do Banco Mundial que foram estabelecidas as bases para a financeirização das economias que levou à crise atual.

**O Brasil deveria usar o seu novo status global para condenar a proposta de promoção do FMI a banco central mundial e propor alternativas que levem à construção de uma nova arquitetura financeira global. Se o governo do presidente Lula não se opuser a isso, e considerando que uma nova bolha ainda pode explodir a qualquer momento, estaríamos, em pleno ano pré-eleitoral, ajudando a escolher raposas para tomar conta do galinheiro. ☹**

\* Gabriel Strautman é secretário executivo da Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais ([gabriel@rbrasil.org.br](mailto:gabriel@rbrasil.org.br))

**“A hegemonia dos EUA no sistema está erodindo, e como a economia mundial ainda é muito organizada em torno da economia americana, a crise de hegemonia americana acaba por aprofundar a crise mundial”.**

Um dos formuladores da Teoria da Dependência e atual coordenador da cátedra e rede UNU-UNESCO sobre Economia Global e Desenvolvimento sustentável (Reggen), o economista e cientista político Theotônio Dos Santos Júnior raramente frequenta as páginas e os programas especializados em Economia da chamada grande imprensa. As razões ficam evidentes nesta entrevista: Theotônio é um voraz crítico do controle exercido pelo sistema financeiro sobre o Estado, que leva, entre outras distorções, à fixação, no Brasil, da taxa básica de juros em níveis estratosféricos.

No meio acadêmico, a receptividade ao pensador parece ser diferente. Mestre em Ciência Política pela UnB, doutor “notório saber” pela UFMG e pela UFF, e professor emérito da UFF, Theotônio recebeu em setembro, em uma concorrida cerimônia, o título de Doutor Honoris Causa pela Universidade de Buenos Aires. O JE reuniu o presidente do Corecon-RJ Paulo Passarinho, o conselheiro Luiz Mario Behnken e o doutor em Sociologia, professor do IFCS/UFRJ, e pesquisador da Reggen Carlos Eduardo Martins para conduzir esta entrevista com Theotônio na sede do Conselho, resumida no texto a seguir. O vídeo com a íntegra da entrevista está disponível no site do Corecon-RJ ([www.economistas.org.br](http://www.economistas.org.br)).



**Paulo Passarinho:** Qual a sua opinião sobre a evolução da crise financeira mundial? Recentemente, a Clacso, Conselho Latino-americano das Ciências Sociais, formulou uma análise apontando que nós ainda não tivemos os piores sintomas da crise. Por que esta conclusão?

R: A superação da crise atual, que é uma crise de conjuntura, não vai garantir um período de crescimento muito forte e longo. Pelo contrário: tudo indica que, pelo menos nos países mais desenvolvidos, vai haver um crescimento bastante moderado.

Nós trabalhamos com a idéia de que a economia trabalha em

ciclos longos, de 50 anos, com 25 anos de crescimento e 25 de tendência recessiva. Dentro desses ciclos, há ciclos menores, de quatro, sete, dez anos, de modo que mesmo em um ciclo recessivo você tem momentos de crescimento e vice-versa. Nós estamos em um ciclo de crescimento desde 1994, que

deve durar mais uns dez anos e tende a esgotar a chamada terceira revolução industrial, a incorporação da robótica maciça no sistema produtivo, que tem tido um efeito muito dramático na reestruturação da economia mundial. Essa reestruturação tem a ver com certas características que se apresentaram na

crise atual, mas são anteriores, como a crise do setor automobilístico, que vem se arrastando desde a década de 70. A produção industrial no setor automobilístico tem se deslocado para os países periféricos, enquanto nos países centrais há um maior investimento no controle do processo produtivo. Isso levou os países centrais a perder o controle da inovação tecnológica, que começou a se desenvolver nos países periféricos. Neles, ainda há um campo de investimento grande, o que permite que haja uma taxa de crescimento típica de uma fase de expansão.

No centro do sistema, no entanto, a crise se agrava muito. A hegemonia dos EUA no sistema está erodindo, e como a economia mundial ainda é muito organizada em torno da economia americana, a crise de hegemonia americana acaba por aprofundar a crise mundial. Como se expressa isso? Nessa crise, os EUA demonstraram poder de intervenção econômica muito forte, mas na forma de intervenção estatal e déficit público colossal. Esse déficit não é para resolver problemas sociais. Ele está concentrado no favorecimento do sistema financeiro. A dívida pública americana aumentou e deve superar o PIB do país mais ou menos em 2013.

A intervenção se deu para fortalecer o sistema financeiro, que em grande parte é inútil. Isso não é solução; teremos mais alguns anos de desvalorização colossal do dólar e de perda da capacidade de investimento americana. Portanto, tudo indica que a supe-

ração da crise atual é extremamente artificial e leva a uma nova situação de crise, que levará os EUA à mesma situação da Inglaterra na década de 40, que saiu do primeiro lugar da economia mundial para o sétimo. As saídas que estão sendo articuladas não vão produzir crescimento, mas sim uma situação de forte tensão e desequilíbrio que vai se aprofundar, e dificilmente vão poder rearticular a economia mundial sem transformações muito profundas.

**Paulo Passarinho:** *As formulações originais da teoria da dependência apontavam uma grande dificuldade dos países periféricos em operar processos de distribuição de renda e riqueza e de fortalecimento dos seus respectivos mercados internos. E especialmente a partir dos anos 80 observamos processos muito distintos em países como Coréia, Índia e China. Como uma visão atualizada da teoria da dependência explicaria esse fenômeno?*

R: Lênin chama atenção para o fato de que um dos elementos-chaves do imperialismo é o parasitismo, ou seja, viver mais do consumo que da produção. No século XVI, o Bra-

sil encheu Portugal de ouro. No século XVII já não havia mais agricultura ou manufatura em Portugal; não havia necessidade de produção interna se você recebia das colônias valores altos que te davam um poder de compra imenso. Esse processo é normal historicamente e se articula com mudanças de paradigma tecnológico.

No entanto, quando você passa a produção para o exterior, ela acaba adquirindo dinâmica própria e fica difícil controlar. É difícil manter a dependência quando o país tem desenvolvimento industrial básico. No caso da China, até certo ponto a expansão do país era controlada pelos americanos, mas hoje os EUA não têm gerência sobre esse desenvolvimento, não têm mais condição de condicionar o processo chinês. A China ainda depende do mercado americano, mas está desenvolvendo seu mercado interno, e daqui a cinco ou seis anos essa dependência vai diminuir muito.

**Carlos Eduardo Martins:** *Além da teoria da dependência, você também é um dos formuladores da teoria da revolução científico-técnica, que considera que a ciência é uma força*

*produtiva essencialmente pós-capitalista. Você tem trabalhado com a tese de que a estrutura de forças produtivas está se mundializando e que essa crise de hegemonia poderá colocar em questão a própria civilização capitalista. Eu queria que você falasse um pouco sobre como você vê essa crise de hegemonia. O seu enfoque é claramente muito diferente de outros companheiros que apostam em um G2, uma longa acomodação entre os EUA e a China para gestão da economia mundial durante o século XXI.*

R: Quando há uma transferência do centro na economia mundial, a economia nova que vai ocupando a produção tende a ter uma relação de conflito, mas também de cooperação com a economia central, como no caso dos EUA e da Inglaterra.

O caso chinês é diferente. Houve certa dificuldade em se reconhecer que a China pudesse ter pretensões hegemônicas. Na década de 70, acreditava-se que o Japão seria a potência asiática; a China era subestimada. Hoje, não apenas o Japão como também todo o sudeste da Ásia e até mesmo a Rússia cada vez mais se acomodam em uma posição de cooperação com a China.

Além disso, a China está aumentando sua influência na África e na América Latina. A economia chinesa é articuladora e demandante, e hoje países como o Japão e o Brasil exportam mais para a China do que para os EUA.

Pensar em uma relação G2 com os EUA é difícil, porque a tendência dos EUA é cair e a da China é subir.



**Dizer que daqui a 30 anos a China alcança o PIB dos EUA é equivocado, porque ao mesmo tempo em que a China se expande e valoriza sua moeda, os EUA decaem e desvalorizam o dólar. Então a China pode alcançar os EUA em seis anos; em dez ou quinze anos podemos pensar em uma situação em que o PIB chinês será superior ao americano.**

Com os EUA dependendo tanto do investimento chinês, não dá para pensar que os EUA poderão manter o comando de uma relação China-EUA. Será uma relação competitiva, não harmoniosa.

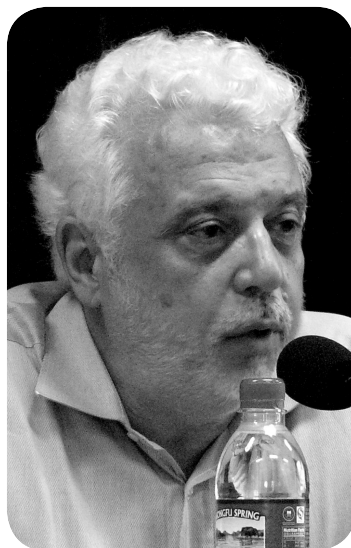
Nós vamos entrar em uma outra etapa ideológica no mundo. O papel do Estado, por exemplo, vai ser reestruturado profundamente. O Estado entrou na economia e o setor privado não tem mais capacidade de comandar a economia mundial. Não adianta falar o contrário: ou você elabora sua capacidade teórica de acordo com a realidade ou você produz poesia ruim. Eu acredito que nós vamos entrar em uma nova civilização planetária, que terá que respeitar as civilizações anteriores e as diferenças, o que exige um novo tipo de relações internacionais, um novo projeto para a humanidade.

**Luiz Mario Behnken: Eu gostaria de perguntar sobre essa questão da hegemonia no aspecto político. Sempre que houve uma transferência de hegemonia dessa importância, ela aconteceu depois de uma ruptura violenta. Desta vez, está acontecendo sem que haja uma ruptura tão grande.**

R: Em algum momento essa ruptura irá se expressar mais

claramente. No caso de Inglaterra e EUA, os países mantêm uma cooperação mesmo depois de Bretton Woods, que criou as instituições para a hegemonia norte-americana. A Inglaterra teve que se submeter, e até hoje não há perspectiva de um rompimento radical entre eles.

No caso de EUA e China, é diferente. A China tem uma atitude para com a hegemonia diferente da americana: eles



defendem que a China não é exemplo para ninguém, não têm essa concepção de estabelecer uma hegemonia pela via da imposição sobre o resto do mundo. E eles alegam também uma coisa que pode até mudar no futuro: que o exército chinês sempre foi muito importante, mas nunca foi um exército invasor. A invasão é uma coisa normal para o exército americano, mas não para o exército da China, que está muito mais preocupado com a defesa do seu território. Tudo isso pode permitir que você chegue a uma forma civilizada de transferência de poder mundial, de realocação de poder; senão acabaremos em uma era medieval, de destruição mútua.

**Carlos Eduardo Martins: Você fala de uma civilização planetária que vai proceder de uma forma muito distinta da forma que o capitalismo procedeu até agora. Essa civilização planetária teria uma relação com o socialismo? Como você pensa o socialismo como idéia no século XXI? Ele é uma idéia do século passado ou uma idéia que pode ser recuperada no século XXI?**

R: Eu penso na civilização planetária como um passo da humanidade em direção ao socialismo, uma forma de transição da sociedade para um modo de produção superior. Eu acho que é um equívoco pensar o socialismo como uma série de economias nacionais socialistas, apesar de ser normal, porque na época era difícil pensar em um sistema novo que não se inserisse dentro da perspectiva do Estado nacional.

Mas agora estamos em uma situação em que a gestão da economia mundial é cada vez mais importante. O processo de formação de uma nova formação social, que conduza a sociedade a um sistema superior baseado na razão humana comandando o processo político e econômico, deve ser repensado de um ponto de vista global. Nós estamos caminhando para isso meio anarquicamente, porque estivemos pensando em outra perspectiva por quase um século, e de repente voltamos a uma coisa que já havia sido pensada, porque o movimento operário começou como internacionalista – bem, em termos, porque a primeira internacional socialista só envolveu alguns países europeus.

Hoje quando se fala de internacional, se fala da China, da Índia, de situações verdadeiramente internacionais, ou

pelo menos de grandes blocos regionais. Em 20 ou 30 anos, a América do Sul e grande parte da Ásia vão estar articuladas. Nós estamos caminhando para uma economia verdadeiramente global.

Onde entra o socialismo nesse contexto? O capitalismo de Estado será o grande organizador dessa nova economia. Ele pode ser comandado de uma perspectiva privatista ou socialista, em que o setor privado está sob o comando do Estado e não o contrário, como acontece ainda no caso europeu e norte-americano. Nós vamos criar uma série de movimentos nacionais e internacionais que vão permitir dar esse passo em direção a uma economia nova e superior.

**Paulo Passarinho: Eu gostaria de voltar ao tema da crise. Como você vê essa questão do sistema financeiro, levando em conta que os países que melhor reagiram à crise foram os que têm o sistema financeiro sob o controle do Estado, como China e Índia? Como você acha que se dará o desdobramento dessa nova relação Estado-sistema financeiro que a crise impôs?**

R: O setor financeiro conseguiu uma penetração no Estado bastante forte nesses anos e submeteu o Estado a uma perspectiva favorável à transferência de recursos para o setor financeiro. O setor é totalmente independente, tem um poder colossal e não é regulado por ninguém.

No caso de um país como o Brasil, isso é pior ainda. Nos EUA, pelo menos há representantes dos setores mais diversos formando o Federal Reserve Bank. Aqui são sete diretores do Banco Central

que entram em uma sala e de repente viram Copom, mandam na taxa de juros do país e controlam os gastos do país, o que é outra coisa realmente impressionante.

**Hoje, se um político gasta para criar uma escola e não tem uma base de arrecadação para isso, pode ser até preso, mas os tipos do Banco Central sobem a taxa de juros paga pelo Estado, portanto gasto público, e não dizem aonde arrumar esse dinheiro. Arrumem esse dinheiro, cortem gastos, criem superávit e paguem a nossa decisão, porque se não vai haver uma inflação colossal que vai destruir o mundo. Em nome de uma teoria rala, constantemente desmentida por todos os estudos empíricos, você diz que se o Estado não gastar tudo isso vai haver inflação. Em nome disso você obriga o Estado a cortar gastos de onde ele deveria estar gastando – educação, segurança. O Estado não existe para pagar juros!** Isso é algo de que o povo brasileiro não tem consciência.

Um país que tem superávit fiscal, gasta menos do que recebe, precisa fazer empréstimo? Eu não sei que teoria econômica pode explicar isso. Precisa pagar juros altíssimos para pedir dinheiro emprestado? Você tem mais dinheiro do que precisa! E aí você acaba tendo que criar mais superávit, mas não para o seu consumo, e sim para pagar juros. Tudo isso é de uma irracionalidade total; o domínio que o setor financeiro chegou hoje é realmente colossal, porque ele faz com que coisas tão absurdas como essas sejam

aceitas tanto pela população quanto pelos especialistas.

E você tem ainda o grande instrumento desse sistema, que são os meios de comunicação. São eles os responsáveis pelas cabeças das pessoas estarem tão debilitadas, e pela formação de um grupo de profissionais a serviço da mentira, dizendo as coisas mais absurdas.

Desmistificar essa postura do sistema financeiro é uma tarefa fundamental. Nós avançamos em muitos aspectos, mas não nesse. Até hoje, todo o aparato do poder diz que é preciso taxa de juros alta para não haver inflação. Quem provou isso? Porque uma coisa é taxa de juros de um ou dois por cento, aí uma pequena elevação até poderia causar algum impacto; mas ter a maior taxa de juros do mundo, chegando a 50 por cento? Isso é antiinflacionário? Que teoria disse isso? Não existe teoria que justifique uma coisa dessas. As pessoas falam como se isso fosse normal, mas não é. Nem os liberais mais radicais aceitam uma taxa de juros superior à taxa de crescimento.

**Paulo Passarinho: A crise tem muito a ver com essa predominância irracional do sistema financeiro, que levou a pesadas intervenções estatais nos países do capitalismo central. Você acha que isso chegou para ficar ou é apenas uma fase de transição?**

R: O fundamento da intervenção é um processo de criar instituições com liberdade de decisão que permitam transferir – porque essas transferências gigantescas de recursos não são diretas, e sim feitas via Estado. Os recursos não cresceram no setor privado, eles foram repassados.

O que fundamenta isso é uma necessidade de liquidez



**Carlos Eduardo Martins: Você acha que a opção do governo Lula por uma aliança estratégica com esse setor, a burguesia financeira brasileira, seria a melhor alternativa para a esquerda?**

R: O problema aqui é que nós ainda vivemos um pouco sob o terror do período ditatorial. Esse elemento de pânico ainda é muito determinante sobre as massas. Em 1964 houve uma repressão brutal sobre os sindicatos, as ligas camponesas, a UNE, e dentro do próprio exército. A massa tem medo, o quadro político está marcado por isso, e nos mantém em um quadro de acomodação, em que se evita entrar em confronto.

E quando o setor financeiro tem o comando que tem sobre os meios de comunicação, você pode entender o limite dessa intervenção, mesmo quando um setor dominante da burguesia brasileira, o setor produtivo, é contrário a essa taxa de juros.

Isso limita as vantagens políticas do próprio Lula. **Se o Lula colocasse a taxa de juros em três ou quatro por cento, ele arrasaria a direita nesse país. O potencial de crescimento aumentaria; se com cinco por cento de crescimento você já criou uma situação quase eufórica no país, imagina com sete, oito, nove por cento, como nós temos todas as condições de fazer.**

A esquerda brasileira não toma certas posições por medo de ser expulsa do sistema. Nós estamos muito aquém das possibilidades, mas infelizmente não temos nenhuma força política propondo algo mais ordenado, então temos que nos ajustar a essa situação. ☐

muito forte. Para você entrar nas novas fases tecnológicas é preciso uma poupança muito grande. Mas feita dessa maneira pelo setor financeiro, a poupança não retorna para o setor produtivo. Pelo contrário, ela aumenta sua dimensão fictícia e não responde a uma necessidade econômica real. E aí o Estado tem que intervir, criando os mecanismos para que se gere uma massa financeira em função das demandas e necessidades reais da sociedade. E isso é outro fator a favor do socialismo. A intervenção estatal da maneira capitalista não está deixando claro o que deve limitar esse setor financeiro, e para que ele deve existir.

Veja o caso do Japão, que manteve aquele setor financeiro gigantesco da década de 80. Quando acabou aquele superávit, o Estado entrou subsidiando. Para quê? O resultado é que não há crescimento econômico. Esse setor financeiro se mantém como um fator de estagnação, e o país perde sua capacidade de inovação.

O conteúdo das políticas econômicas em termos de transformação social, de necessidades humanas tem que passar para o primeiro plano. O Estado tem que intervir, e quem não intervir vai virar Japão, condenado a viver anos e anos sem crescimento econômico.



# Expansão da “fronteira elétrica” para a Amazônia: para que e para quem?

■ Luis Fernando Novoa Garzon\*

O potencial brasileiro ainda não utilizado estima-se em 180 mil MW, sendo que 70% desse total estão “retidos” na Amazônia. Destes 2/3, 90 mil MW teriam “prognóstico certo” de viabilidade econômico/ambiental, necessariamente nessa ordem. O alvo imediato do lobby do setor elétrico é o potencial hidrelétrico “ocioso” da Amazônia. Como se os rios amazônicos, em sua dinâmica própria, não cumprissem um papel insubstituível na manutenção da vitalidade, da biodiversidade e da sociodiversidade da Amazônia inteira, bem como sobre as massas de ar e correntes oceânicas que circulam no hemisfério.

A conjugação dos interesses dos oligopólios, baseados no uso e/ou no fornecimento intensivo de recursos naturais, por um lado pleiteia mais centralização no planejamento da incorporação territorial (Eixos, corredores, Avaliações Ambientais Integradas, inventários auto-licenciados de bacias e jazidas). Por outro, na implantação e operacionalização dos projetos, defendem a descentralização do licenciamento, porque agilizam a mercantilização do acervo de recursos naturais disponibilizados e seu respectivo fatiamento,

também segundo a correlação do poder local/regional.

O primeiro ajuste de contas é com os povos indígenas. Seus territórios já vazados pela invasão criminosa e pela exploração clandestina começam a ser transpassados agora legalmente, para que suas riquezas possam ser acessadas de forma inapelável por grandes grupos

econômicos. O direito de consulta, configurado pela Convenção 169 da OIT entra em rota de relativização crescente. Intentos legislativos de criar formas compulsórias para a exploração de recursos minerais em troca de royalties representam um exercício de veto ao direito de veto das comunidades originárias. Da mesma forma, as 18 condicionalidades criadas pelo Supremo Tribunal Federal para demarcar a Reserva Raposa Serra do Sol tornam as territorialidades indígenas permeáveis a injunções externas, em nome de uma pretensa soberania. De tabela, acentua-se o processo de guetização das comunidades quilombolas e ribeirinhas através de restrições adicionais para o reconhecimento de novos territórios quilombolas, de tetos rebaixados para compensações sociais e de sumários processos de despejo.

O segundo ajuste de contas é com a legislação ambiental. Para varrer o “entulho” democrático advindo dos processos de mobilização popular nos anos 80, a dita rígida do capital requer o afrouxamento de tudo ao seu redor. Mais que proscricções, o setores processadores de recursos naturais, notadamente o setor elétrico, fazem prescrições ao Estado: garantia de patamar máximo de rentabilidade das concessões e segurança fi-

nanceira e jurídica para sustentar esse patamar.

É o que imbui, por exemplo, o PLS 179/2009, que procura “disciplinar o licenciamento ambiental de aproveitamentos hidráulicos considerados estratégicos”, elaborado pelo Fórum de Meio Ambiente do Setor Elétrico. Trata-se de uma variação da famigerada “iniciativa Kelman”, que propunha para projetos de interesse nacional, assim definidos pelo Conselho de Segurança Nacional, a dispensa do licenciamento ambiental padrão. **Isso significaria eliminar qualquer perspectiva de controle social e de transparência sobre os grandes projetos de infraestrutura, um verdadeiro Estado de exceção dos investimentos privados.** Na mais recente versão da iniciativa, o Plano Plurianual (PPA) deve conter um plano de expansão da oferta de energia elétrica, em que serão “enumerados os aproveitamentos de potencial hidráulico previstos para garantir a expansão da oferta.” (Art. 1º)

Os referidos projetos “considerados estratégicos”, por indicação do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), conterão determinação de que o Ibama deve recomendar contínua e “tempestivamente” as correções necessárias para que o aproveitamento hidráulico seja implementado (Art. 2º). Tais projetos, ao serem carimbados como “estratégicos”, entram em ininterrupta linha de monta-



gem, cabendo ao Ibama manter um determinado pico de “produtividade” licenciadora. O projeto não se esquece da Funai ao determinar que “providencie o mais rapidamente possível a oitiva das comunidades indígenas afetadas.”

A justificativa do PLS reproduz trechos inteiros da iniciativa Kelman, a saber, o “impacto sócio-ambiental mínimo, o que é bem diferente de impacto nulo”, o “indesejável efeito de fazer com que cada potencial hidráulico seja examinado de per si” e a alegação de que o propósito é impedir a “prevalência do interesse local sobre o nacional”, evitando “que projetos que tragam benefícios para a maioria da população possam ser bloqueados pela ação de minorias.”<sup>1</sup>

O “Fórum” que (re)apresentou a proposta congrega a ABCE (Associação Brasileira de Concessionárias de Energia Elétrica), a Abiape (Associação Brasileira dos Investidores em Autoprodução de Energia Elétrica), e demais ramificações do setor: Abrace, Abragef, Abrajet, Abrate, Apine, APMPE, ou seja, soma dos interesses privados do setor elétrico privatizado com os dos grandes consumidores, os setores eletrointensivos. Além desse projeto, já em tramitação na Comissão de Assuntos Econômicos, contando com apoio indistinto da bancada governista e da oposição, existem mais dois projetos tidos como “complementares”. O Senador Gilberto Goellner (DEM/MT), relator do PLS 179, é quem intermedia a propositura formal dos mesmos. Um deles procura agilizar e simplificar o aproveitamento dos recursos hídricos em terras indígenas, restringindo ainda mais o alcance e a efetividade das oitivas/consultas

aos povos potencialmente afetados. O outro projeto pretende transformar de forma automática o potencial hidrelétrico nacional em aproveitamento hidrelétrico total, com o estabelecimento da “reserva estratégica dos potenciais de energia hidráulica do País”.

**No setor elétrico, todas as medidas propostas e em implementação, no campo creditício, normativo e operacional, tem procurado tornar as concessões de aproveitamento hidrelétrico mais atrativas para o setor privado. O disputado potencial hidrelétrico da Amazônia vale não só pela energia a ser gerada, mas também pelo acesso privilegiado que franqueia às concessionárias, e a seus sócios, a porções territoriais de enorme valor estratégico para o país.**

Como se pode justificar a necessidade da presença majoritária do setor privado em setor ao mesmo tempo tão lucrativo e tão estratégico, e contando ainda com pesado financiamento público e apoio operativo e tecnológico de empresas estatais? Seria uma extemporânea prova de fidelidade aos mercados em um contexto em que se atesta sua atávica amoralidade e irresponsabilidade, seja do ponto de vista econômico-financeiro, como do ponto de vista social e ambiental?

Objetivamente, há um acúmulo de influência, um poder inercial do oligopólio privado, que fragmentou e se aposou do setor elétrico nos anos 90. O desvertebramento da Eletrobrás e a captura de suas subsidiárias regionais por grandes conglomerados com estraté-



gias regionais específicas também ajuda a explicar o pequeno raio de manobra que o Governo tem para intervir no setor, raio auto-delimitado, frise-se. Trata-se de uma decisão política de não contrariar interesses corporativos de peso e, ao mesmo tempo, de ter neles aliados permanentes. Esse cálculo rasteiro tem custado a perda progressiva de controle público sobre o setor elétrico e especialmente sobre os recursos hídricos do país, concentrados na Amazônia.

Tal postura figura-se ainda mais insustentável frente à decisão do Governo de procurar garantir o controle majoritário sobre as novas áreas de petróleo identificadas na camada pré-sal. O projeto pouco avança na direção da necessária retomada da soberania social e nacional sobre a cadeia do petróleo, mas não deixa de ser uma inflexão nos rumos do setor petrolífero nacional. O material de anúncio do novo marco regulatório do “Pré-sal e áreas estratégicas” (Governo Federal, setembro de 2009) embasa os motivos da reorientação do modelo de concessão para o modelo de partilha na mudança do contexto histórico de 1997 a 2009. Na década anterior em um “quadro de re-

dução do papel do Estado” vigorava um “modelo de concessão compatível com o potencial das bacias petrolíferas conhecidas até o pré-sal: alto risco e baixa rentabilidade.” Já em 2009, dá-se uma “revisão do papel do Estado”, cabendo sua intervenção para garantir “uma política industrial de fornecedores de bens e serviços com elevado conteúdo nacional, além de agregar valor à cadeia do petróleo e gás”.

**A pergunta que não caía é porque o mesmo argumento não vale para o setor hidrelétrico. O “baixo risco exploratório” e “alto retorno”, que justificam um maior controle do Estado, não são uma exclusividade do pré-sal. Fazemos uma breve analogia de valores. Até 2020, a Petrobrás estima investir 200 bilhões de reais para viabilizar a exploração dos novos campos descobertos. Por outro lado, apenas a UHE de Santo Antônio, no rio Madeira, acumulará, em 30 anos, uma receita total que gira em torno de 55 bilhões de reais.**

Estado e setor privado devem ter “uma relação íntima, no bom sentido”, declarou certa vez a ministra Dilma Roussef. Diante do exposto, parece que essa intimidade tem níveis e graus muito variáveis, setor a setor. Qual seria então a coerência dessa “relação”, na perspectiva de algum projeto nacional possível? ☺

\* Luis Fernando Novoa Garzon é sociólogo, professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Rondônia (Unir) e membro da Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais ([www.rbrasil.org.br](http://www.rbrasil.org.br)). [l.novoa@uol.com.br](mailto:l.novoa@uol.com.br).

<sup>1</sup> Justificativa, do PLS 179, Diário do Senado Federal, p. 16428, maio de 2009,

# Rio-2016: A festa e a ressaca

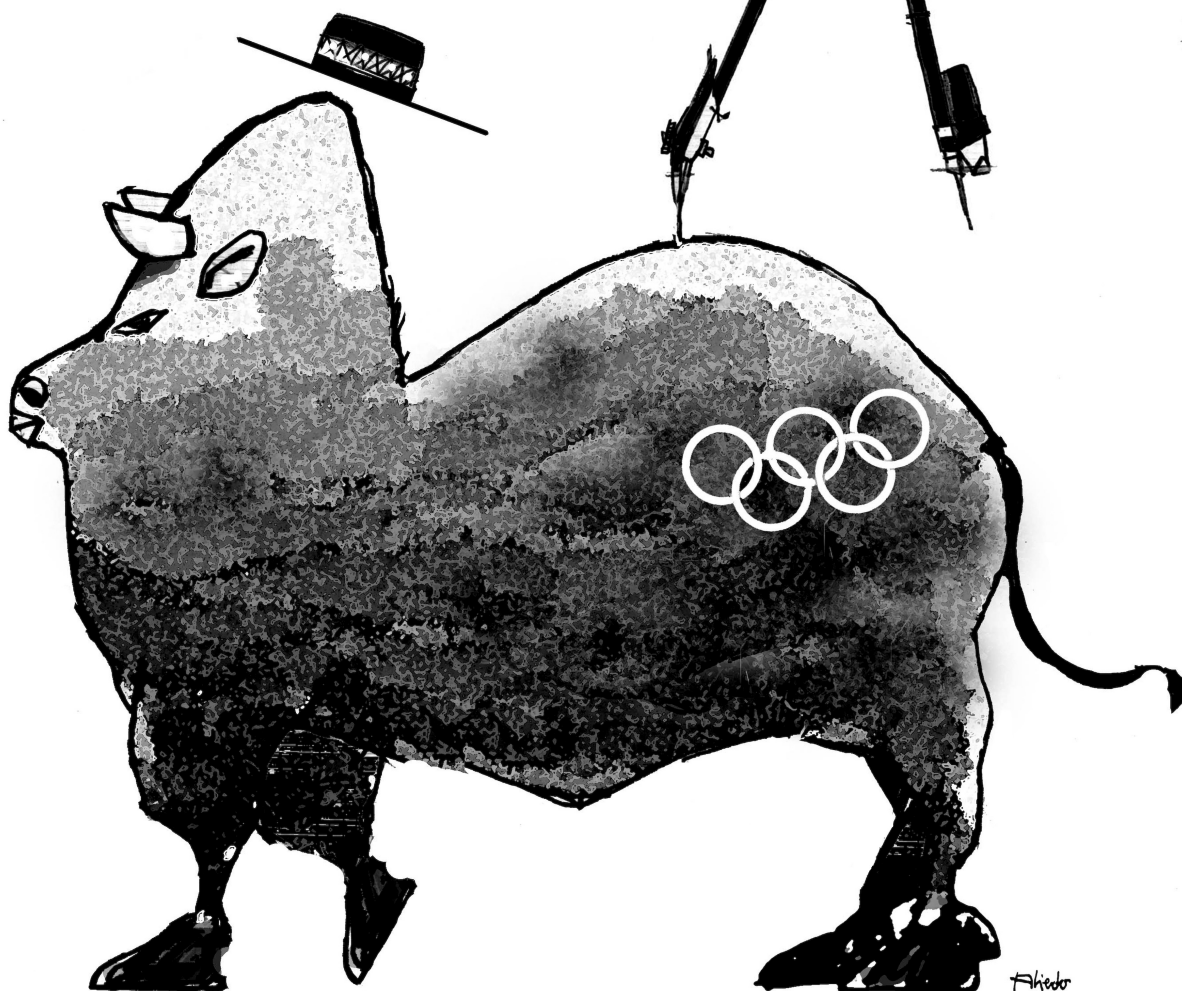
■ Luiz Martins de Melo\*

A cidade do Rio de Janeiro é naturalmente olímpica. Todas as modalidades esportivas que fazem parte do programa de competições dos Jogos Olímpicos podem ser realizadas em seu perímetro urbano.

A natureza também foi extremamente generosa com a nossa cidade. O mar, a montanha e o clima ameno na maior parte do ano não são empecilhos para a realização de grandes eventos esportivos ou culturais, ao ar livre ou em ginásios, estádios, teatros e piscinas. Na parte do ano em que o clima é menos ameno, no verão, a temperatura, a umidade do ar e o regime de chuvas se assemelham àqueles das cidades que já sediaram os Jogos Olímpicos de Verão.

Por essas condições naturais ela é conhecida por ser maravilhosa. Cantada em prosa e verso pelos mais variados poetas, escritores e compositores, populares e eruditos.

O cidadão carioca é festeiro por excelência. Adora participar dos eventos públicos. O carnaval, o futebol e o réveillon atestam a riqueza dessa participação. Em alguns desses eventos a participação popular se tornou a maior atração do evento. O espaço público é onde o cidadão carioca festeja a sua integração com a cidade e a com a sua beleza natural privilegiada.



Portanto, como sempre, a natureza da cidade e o cidadão carioca são a garantia de uma festa excepcional.

Ser a sede dos Jogos Olímpicos é uma oportunidade ímpar para o desenvolvimento de qualquer cidade. Algumas, poucas, aproveitaram bem essa oportunidade. Barcelona é o caso de avaliação consensual positiva na literatura sobre o tema. A característica básica dessa avaliação consensual é

que o plano de desenvolvimento e ordenamento da sua reforma urbana incluiu o planejamento da realização dos Jogos Olímpicos. A partir daí os legados dos investimentos para a cidade ficam bem estabelecidos dentro do marco urbanístico da cidade, base para o seu desenvolvimento econômico e social futuro. Barcelona é o paradigma porque a maioria dos investimentos foi feita na infraestrutura. Esse legado de mo-

dernização urbana, econômica e social foi muito maior que o esportivo. A prefeitura da cidade e o comitê organizador decidiram localizar os principais equipamentos urbanos dos Jogos Olímpicos perto do centro histórico da cidade, no seu antigo porto. No caso de Barcelona as desapropriações foram muito caras para aquele momento. Porém, se revelaram muito baratas comparativamente às receitas futuras advindas

do desenvolvimento da cidade. Os projetos foram selecionados em concursos públicos, dos quais só podiam participar arquitetos catalães. Não houve perda de qualidade com esse procedimento. Mas o reconhecimento internacional da qualidade técnica da arquitetura e do setor de serviços catalão. O importante no sucesso de Barcelona foi a direção pública de todo o processo e a grande participação da população.

Este parece ser também o planejamento de Londres-2012. As instalações olímpicas se concentram na área leste da cidade, onde a água e o solo foram contaminados por séculos de industrialização predatória.

Sidnei, que parece ter sido o modelo escolhido pela prefeitura do Rio de Janeiro e pelo Comitê Olímpico Brasileiro, é um exemplo de má avaliação. Os terrenos escolhidos eram grandes e bonitos. Porém, afastados do centro da cidade. Após os Jogos esses equipamentos não deixaram legado urbano quase que nenhum para a cidade. Permaneceu a marca, já existente antes dos Jogos, de uma cidade ecologicamente correta. Atenas foi um desastre em todos os sentidos.

**O Rio de Janeiro tem que decidir qual caminho seguir. Escolher entre fazer os "Jogos da Barra da Tijuca" ou da Cidade do Rio de Janeiro. Enfrentar o desafio histórico de integrar a região do porto, com São Cristóvão e a Leopoldina. Prioritariamente recuperar o centro histórico da cidade. Redirecionar os investimentos em infraestrutura**

**para a região mais degradada, a Zona Norte e a Zona Oeste. Nesta região moram e se deslocam por transporte público 60% da população.**

A Barra da Tijuca e a Zona Sul, menor parte da população, concentram toda a modernidade dos equipamentos urbanos. A Barra da Tijuca está distante do centro histórico 40 km. Tem baixa densidade populacional. Com a estagnação do crescimento populacional da cidade, dificilmente essa região ganhará densidade populacional sem que outra região a perca. Densidade populacional é o elemento básico para a operação eficiente dos equipamentos urbanos. Sem escala, eles não funcionam com eficiência dado o seu custo.

O planejamento da Rio-2016 prevê quatro centros olímpicos, na Zona Sul, Centro, Norte e Barra. Mas é na Barra que está localizada a maioria dos investimentos, a Vila Olímpica, e os principais equipamentos esportivos.

Assim, as principais linhas de transporte que serão construídas partem de lá para a Zona Norte e Oeste e da Zona Sul para lá. O corredor de ônibus T5 que vai ligar a Barra à Penha já nasce com a sua capacidade operacional esgotada, 300 mil passageiros dia. Foi escolhida não por ser a melhor opção, mas sim a mais barata. Do ponto de vista do planejamento urbano, não se faz investimento em infraestrutura para ocupação imediata da capacidade. A matriz de transporte da cidade do Rio de Janeiro já está saturada pelo mo-

dal rodoviário, mais caro, mais poluente e menos eficiente. O metrô, ligando Ipanema à Barra, não está no planejamento olímpico, mas virou uma prioridade do governo estadual. Dada a participação minoritária da população dessa região no total da cidade e a sua maior renda per capita, haverá um subsídio para os mais ricos com essa obra. Da mesma forma são as obras viárias do Túnel da Grota Funda e a mudança da legislação urbanística, em votação na Câmara de Vereadores, à toque de caixa, da região que circunda a principal área de investimento na Barra da Tijuca. Será que essa região e esses investimentos são os prioritários? Esta é a atuação do setor público ordenando o espaço urbano e o integrando à cidade como espaço da cidadania?

O importante a salientar é que existe um erro de diagnóstico da situação do ordenamento urbano da cidade do Rio de Janeiro. Como se a urbanização dessa região fosse o modelo para a cidade.

Ao que parece, a persistir esse modelo, a cidade ficará ainda mais desintegrada. Haverá uma região pretensamente moderna e outra ainda mais degradada. Os custos de infraestrutura urbana ficarão ainda mais caros pela baixa densidade populacional e pela distância das outras áreas da cidade.

Os gastos de investimento, público e privado, previstos para a Rio-2016 são de R\$ 28,8 bilhões. A maioria é público. Para que não aconteça o mesmo do Pan-Americano é necessária uma rediscussão

das prioridades. Você se lembra de algum legado duradouro para a cidade? Melhorou o transporte público? Melhorou o saneamento? Onde está o planejamento urbano?

A idéia básica do planejamento urbano da Rio-2016 e do Pan-Americano é a mesma: a Barra da Tijuca. A festa foi linda. O povo carioca, como sempre, foi sensacional. Porém, para a cidade, depois da festa ficou a ressaca e a sensação do desperdício e de mais uma oportunidade perdida de deixar um legado duradouro para a cidade.

É a mesma sensação com a atuação pública no projeto de despoluição da Baía da Guanabara. Ele se arrasta desde 1995. Aliás, quando o Rio foi derrotado para ser a sede das Olimpíadas de 2004, a crítica da Comissão avaliadora do Comitê Olímpico Internacional (COI) foi a mesma que fez com que o projeto atual fosse o de pior avaliação técnica entre as quatro finalistas: transporte público, saneamento e insuficiência de capacidade de hotelaria.

Ainda dá para mudar. Trocar o modelo de Sidnei por Barcelona. Trocar a direção privada pela pública. Consultar e dar participação para a cidadania. Escolher os projetos em concursos públicos com arquitetos cariocas. Tornar o processo de escolha das prioridades e de investimentos transparentes. Pode ser que, assim, a festa permaneça ótima e a ressaca seja inexistente. ☺

\* Luiz Martins de Melo é doutor em Economia e professor do Instituto de Economia (IE) da UFRJ

# Quem tem Banrisul tem restituição antecipada do IR\*.

Na hora de declarar o seu imposto de renda, indique o Banrisul como o seu banco. Depois da entrega, basta apresentar a declaração na sua agência para ter a restituição liberada com rapidez e sem complicação.

Se você ainda não é cliente, abra sua conta no Banrisul.

## Agências no Rio de Janeiro

Ag. Rio de Janeiro Av. Presidente Vargas, 463 (21) 2109-1515	Ag. Tijuca Av. General Rocca, 798 (21) 2187-0515
Ag. Copacabana Av. Nossa Senhora de Copacabana, 827 (21) 2107-0515	Centro de Negócios / Barra da Tijuca Rua José Maria Ortigão Sampaio, 55 - Loja D (21) 2433-6529 / (21) 2433-6534

\*Sujeito a análise de crédito.

[www.banrisul.com.br](http://www.banrisul.com.br)

 **Banrisul**

Quem tem Banrisul tem tudo.

SAC: 0800 646 1515 | Ouvidoria Banrisul: 0800 644 2200

# O negro no orçamento

“A população deve se apoderar desse instrumento do ramo do direito financeiro que há tanto tempo vem servindo aos opressores”

Wilson Prudente, procurador do Trabalho

O orçamento é um importante instrumento de política pública; deve ser claro, objetivo e voltado para o interesse de toda a população. Nos debruçamos sobre as informações orçamentárias do Brasil para verificar como a população negra vem sendo representada nas políticas públicas durante o tempo e analisar a situação de direitos atual dos cariocas.

## Breve histórico do Orçamento Negro na União

Criada em 1988 a Fundação Palmares prevê a valorização e a difusão de manifestações culturais afro-brasileiras e contém as primeiras rubricas específicas em benefício da população afro-descendente e às ações de equidade racial.

As ações específicas se ampliaram durante a década de 90 e em 1995 é possível identificar a presença destas em 14 ministérios ou secretarias<sup>1</sup>. No entanto, em sua maioria, as linhas de ações foram descontínuas. Em 2003 foi criada a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR)

que desde então acompanha e coordena as políticas dos diferentes ministérios e órgãos para a promoção da igualdade racial. No período de 2005 a 2008 nota-se uma continuidade das dotações.

## Programas e Projetos – Brasil

No ano de 2004 é lançado em âmbito nacional o Programa Brasil Quilombola que concentra a maior parte dos recursos para as comunidades quilombolas tradicionais. Suas atividades estão voltadas para a regularização e titularização dos territórios, etapa importante para afirmar os direitos de posse, e para, além disso, direitos de cidadania das comunidades negras.

A União demonstra as ações voltadas para as comunidades remanescentes de quilombos e população negra em geral através dos programas: Brasil Quilombola, Gestão da Política de Desenvolvimento Rural, Gestão da Política de Promoção da Igualdade Racial, Cultura Afro-brasileira e Comunidades Tradicionais.

É preocupante a execução do Programa Brasil Quilombola, que vem se mostrando baixa no período inteiro de 2005 a 2008 (em média 31%). Em 2008 foi liquidado apenas 23% (R\$12,4 milhões<sup>2</sup>) do orçamento autorizado. Neste mesmo

ano o governo federal não tituló nenhuma terra. No ano de 2007, foram apenas dois os títulos entregues.

Dentre os novos projetos federais, a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, lançado em 2009, aponta para uma atuação importante para garantir não só a atenção às doenças características dessa população, mas a equidade no atendimento público institucional. Até mesmo as políticas universais merecem ser revistas já que, por mais que se negue, atitudes preconceituosas e racistas marcam o dia a dia da nossa sociedade e a prática de suas instituições.

## Rio de Janeiro

O Rio de Janeiro é a segunda maior cidade negra do país em números absolutos. A tabela 1 mostra dados sobre a dimensão e condição da população negra na cidade.

A seleção dos programas e produtos que afetam a população negra foi separada em dois conjuntos de ações: o específico, que inclui programas diretamente relacionados ao benefício dos negros, e o não específico, que abriga produtos que indiretamente proporcionam esse benefício. A dificuldade desta seleção está justamente no crivo daqueles não específicos, uma vez que todas as ações que beneficiam a so-

cidade como um todo acabam por atingir a população negra.

Para driblar essa barreira, nossa pesquisa foi embasada em exames de Marcelo Paixão<sup>3</sup>, que tem estudos focados na questão racial no Brasil. O autor faz a relação factual entre as desigualdades racial e social no país. Nas suas palavras (2008):

“Os *desníveis sociais* existentes em nosso país *se combinam* com a própria *composição de cor ou raça* do País no seu conjunto, fato facilmente constatável nas ruas e demais espaços sociais e tão bem retratados pelos indicadores demográficos disponíveis.”

De acordo com essa relação, que é formalizada pelos dados apresentados (tabela 1), e a hipótese de discriminação espacial sugerida em estudo da IUPERJ<sup>4</sup> – que relaciona a segregação do espaço urbano com a própria reprodução dos padrões de desigualdade e a dos termos de bem-estar – fizemos a seleção de programas não específicos.

Assim, nossa triagem de ações não específicas teve como foco a questão habitacional no orçamento, uma vez que o problema espacial é indissociável na cidade do Rio de Janeiro, vide o tamanho e composição das inúmeras favelas cariocas. Foram selecionadas para compor esse grupo sete ações que focam basicamente na urbanização, iluminação e limpeza de favelas e/ou demais áreas de baixa renda, destacando-se dentre essas o PAC habitacional. Considerada a delimitação

Tabela 1

	População	Taxa de Analfabetismo	Rendimento médio do Trabalho	População das favelas
Negros	40,5%	6,0%	R\$650,39	64%
Branco	59,5%	2,8%	R\$1.522,33	36%

Fonte: Censo 2000/IBGE. Obs.: Negros são aqueles que se identificam como pretos ou pardos.

Tabela 2

Em R\$	Dotação Inicial	Autorizado Final	Empenho	Liquidação	Liq/Autor
2009	192.214	37.977	27.861	27.861	73%
2008	73.935	17.640	9.721	9.721	55%
2007	26.431	8.818	8.773	8.773	99%
2006	46.273	20.939	4.373	4.373	21%

dessas ações, podemos afirmar que o valor autorizado até então (21/10/09) a ser gasto com programas habitacionais de impacto indireto à população negra monta a mais de R\$315 milhões, tendo sido efetivamente executado até a mesma data 34% desse valor (R\$106 milhões).

Para compor o grupo de ações específicas, foram selecionados no orçamento de 2009 quatro programas que têm como objetivo direto o benefício da população negra em diferentes áreas de ação. Estes são:

- “Atividades do Departamento Geral de Ação Cultural”

*Produto:* “Atividades do Centro Cultural José Bonifácio”, instituição que visa preservar, promover e divulgar a cultura afro-brasileira.

*Meta física:* cinco atividades culturais (metade do que foi previsto para 2008)

*Execução:* 14% dos R\$280.195 autorizados (Out/09)

O programa continua constando no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA), de 2010, mas não há especificação do produto.

- “Produção e co-produção e veiculação de produtos de mídia voltados para educação”

*Produto:* “Projeto História e Cultura Afro-brasileira e Africana”  
*Execução:* R\$3,2 milhões (39%

do valor autorizado - Out/09), o que não retrata fielmente a atenção ao negro uma vez que tal programa tem outros cinco produtos voltados para educação em outras áreas.

**ATENÇÃO:** Contrariando os esforços de implantar nas escolas ações voltadas para educação sobre a história do negro no Brasil, esse programa não está previsto na PLOA para 2010.

- “Ações para promoção e Comunicação em Saúde”

*Produtos:* “Ação de Equidade em Saúde da População Negra” e Produção de material informativo sobre a anemia falciforme (doença que atinge majoritariamente os negros).

*Execução:* R\$35 mil (10% do valor autorizado - Out/09)

Somente em 2009 os produtos foram especificados. Entretanto, a Assessoria de Promoção de Saúde relatou desenvolver desde 2006 ações relativas à saúde da população negra dentro deste mesmo programa.

- “Atividades do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos dos Negros – COMDEDINE”.

Devemos ressaltar o progressivo aumento do valor liquidado dessa ação (vide Tabela 2).

Temos no atual exercício a maior dotação inicial do período, reflexo da maior interação do referido conselho junto

ao legislativo - R\$180 mil desta dotação foram concedidos através de emendas.

Quatro foram as emendas de subvenção social identificadas: IPEAFRO, Instituto de Pesquisa e Memória dos Pretos Novos, Centro de Estudos e Cooperação Brasil/Continente Africano e Grêmio Recreativo Escola de Samba “Difícil é o nome”. Dos R\$180 milhões orçados, absolutamente nenhum real foi gasto.

Como vemos para o caso do orçamento do Rio de Janeiro e do Brasil, mais que orçar é necessário executar as políticas pensadas para a promoção da igualdade racial e garantir a continuidade dessas conquistas. ☺

1 Sobre esses e demais dados e informações sobre o orçamento da união aqui expostos, ver **Relatório Anual de Desigualdades Raciais no Brasil; 2007-2008**. M. Paixão e Luiz M. Carvano (orgs.).

2 Todos os valores aqui apresentados estão deflacionados pelo IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) do mês de setembro de 2009.

3 Marcelo Paixão – formado em economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e doutor em sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. Atualmente, é professor adjunto do Instituto de economia da UFRJ. Sua última linha de pesquisa é acerca das Tendências da evolução das desigualdades sócio-raciais no Brasil.

4 Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. Coleção Estudos Cariocas – PERO, Valéria; CARDOSO, Adalberto; ELIAS, Peter. Discriminação no mercado de trabalho: o caso dos moradores de favelas cariocas, N.º. 20050301, Março – 2005.

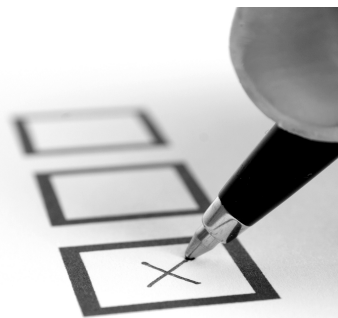
## Conquista relevante: Estatuto da Igualdade Racial

Proposto no ano de 2000, o Estatuto da Igualdade Racial foi aprovado em setembro deste ano pela Câmara dos Deputados. A longa espera, no entanto, ainda não se encerra já que o projeto deve passar pela aprovação final, e agora definitiva, do Senado. Apesar de ter sido lançado originariamente como um projeto atendente às reivindicações históricas do movimento negro, em longo trâmite pela Câmara e Congresso, o Estatuto teria sido recortado de forma com que hoje nem todos os direitos reivindicados estão garantidos. Dois importantes pontos foram suprimidos: a questão da regularização fundiária (que certamente não toca aos interesses da bancada ruralista) e as cotas para negros na mídia televisiva. Apesar dessas perdas, a aprovação do Estatuto faria valer aquelas políticas de saúde e educação – entre outras – que foram destacadas no orçamento da união e do município do Rio e que tanto são legítimas como medida de reparação, afirmação e uma nova visão a respeito das diversidades.

# Economistas fluminenses elegem conselheiros do Corecon-RJ e aprovam indicação para presidência

■ No processo eleitoral encerrado em 27 de outubro, os economistas afiliados ao Corecon-RJ elegeram os conselheiros para o triênio 2010/2012 e aprovaram a indicação de João Paulo de Almeida Magalhães para a presidência do Conselho e Sidney Pascoutto da Rocha para a vice-presidência. A posse acontece em janeiro.

Com 1.319 votos a favor, 102 brancos e 29 nulos, os economistas elegeram os candidatos da chapa "Novos Desafios". Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, José Antonio Lutterbach Soares e Sidney Pascoutto da Rocha foram reeleitos como conselheiros efetivos e Ângela Maria de Lemos Gelli foi



reconduzida à condição de conselheira suplente. A categoria elegeu José Ricardo de Moraes Lopes e Marcelo Jorge de Paula Paixão como os outros dois conselheiros suplentes do terço.

José Antonio Lutterbach Soares foi eleito delegado-eleitor efetivo, cabendo a João Manoel Gonçalves Barbosa a função de delegado-eleitor suplente.

A indicação de João Paulo e Sidney Pascoutto para a presidência e vice obteve o respaldo de 1.294 votos, enquanto 123 votaram em branco e 28 anularam. A indicação precisa ser ratificada na primeira reunião da Plenária do Corecon-RJ, que acontecerá em janeiro.

## Curso Preparatório para o Exame da Anpec começa em 5 de janeiro

O curso do Corecon-RJ preparatório para a prova de acesso ao mestrado da Associação Nacional de Centros de Pós-graduação em Economia (Anpec) terá início em 5 de janeiro com aulas de Estatística (Professor Attilio Guaspari), Macroeconomia (Professor Antonio Carlos Assumpção) e Matemática (Professor André Gaglianone Kasprzykowski).

O curso, que se estende até 30 de setembro, conta com mais de 500 horas-aula e com o apoio de monitores. A turma, de 40 alunos, dispõe de sala com data show e ar condicionado. Os alunos terão acesso à biblioteca do Corecon-RJ.

Estudantes e os profissionais que colaram grau em 2009 e que não estejam trabalhando pagam um valor especial. O material do curso já está incluído no preço.

Outras informações estão no link cursos da página [www.economistas.org.br](http://www.economistas.org.br),

### DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS

REFERÊNCIAS	PERÍODOS EM REAIS		REFERÊNCIAS	VARIÇÕES	
	JUL A SET/08	JUL A SET/09		(EM R\$)	(EM %)
RECEITAS CORRENTES			RECEITAS		
ANUIDADES	202.394,66	223.001,86	ANUIDADES	20.607,20	10,2
PATRIMONIAL	65.346,64	61.470,22	PATRIMONIAL	(3.876,42)	-5,9
SERVIÇOS	10.823,00	11.505,27	SERVIÇOS	682,27	6,3
MULTAS E JUROS DE MORA	-	-	MULTAS E JUROS DE MORA	-	-
DÍVIDA ATIVA	162.921,02	180.949,32	DÍVIDA ATIVA	18.028,30	11,1
DIVERSAS	89.235,06	43.967,28	DIVERSAS	(45.267,78)	-50,7
RECEITAS DE CAPITAL	-	340,00		340,00	-
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>530.720,38</b>	<b>521.233,95</b>	<b>TOTAL GERAL</b>	<b>(9.486,43)</b>	<b>-1,8</b>
DESPESAS			DESPESAS		
DE CUSTEIO	621.330,93	697.902,83	DE CUSTEIO	76.571,90	12,3
PESSOAL	298.795,37	351.446,08	PESSOAL	52.650,71	17,6
MATERIAL DE CONSUMO	14.552,11	9.856,36	MATERIAL DE CONSUMO	(4.695,75)	-32,3
SERVIÇOS DE TERCEIROS E ENCARGOS	307.983,45	336.600,39	SERVIÇOS DE TERCEIROS E ENCARGOS	28.616,94	9,3
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	86.570,43	90.848,37	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	4.277,94	4,9
DESPESAS DE CAPITAL	13.797,67	16.118,29	DESPESAS DE CAPITAL	2.320,62	16,8
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>721.699,03</b>	<b>804.869,49</b>	<b>TOTAL GERAL</b>	<b>83.170,46</b>	<b>11,5</b>
<b>RESULTADO = RECEITAS - DESPESAS</b>	<b>(190.978,65)</b>	<b>(283.635,54)</b>	<b>RESULTADO = RECEITAS - DESPESAS</b>	<b>(92.656,89)</b>	<b>48,5</b>